

ENTREVISTA LUÍS BRANCO,

Sócio de Financeiro da MLGTS

'Project Finance' é mais caro

O sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS), escritório de advogados especializado em 'project finance' que esteve envolvido em projectos de infra-estruturas públicas como a PPP para a Ponte Vasco da Gama e em auto-estradas e Scut, defende que este tipo de financiamento não penaliza os seus promotores. O escritório prepara-se para entrar em Angola e Moçambique.

Quais as vantagens do 'Project Finance'?

Consegue-se a realização de infra-estruturas públicas possibilitando a participação do sector privado sem penalizar os promotores. Há um maior conforto ao se recorrer a este tipo de financiamento, em que o banco financia o projecto aliviando os custos directos do Estado.

O Estado sai beneficiado?

Ajuda a impulsionar o desenvolvimento do País. É um financiamento atraente com os bancos a fornecer 80% do investimento, em que estes percebem que os projectos vão gerar 'cash-flow' e receitas e as empresas não têm de recorrer a custos próprios. Há projectos nas auto-estradas acima dos mil milhões de euros que, a serem investidos de forma tradicional, obrigava ao endividamento do Estado.

A crise afectou o recurso a este modelo?

Esta é a área menos afectada pela crise financeira, já que se continua a realizar contratos. Porém, o prazo que os bancos concediam, de cerca de 20 anos, hoje já não é possível. O que tem ajudado é o papel mais relevante do BEI ou a intervenção do Estado através da concessão de garantias. Hoje é mais cara a realização de 'project finance' porque os bancos exigem um maior rácio de cobertura.

Portugal serve de exemplo para outros países?

Estamos à frente da Europa em termos de know-how. Há muitos projectos no estrangeiro com "mão-de-obra" portuguesa, na banca, a nível técnico e jurídico, com cada vez mais escritórios que já fazem a documentação em inglês para atrair bancos estrangeiros.

Pretendem internacionalizar-se?

Pode-se avançar para a exportação do 'know-how' português. Angola e Moçambique poderão ser os mercados-alvo, já que precisam de consolidar o seu sistema jurídico. O 'project finance' pode ser interessante para esses países para chamar a iniciativa privada. ■ DL

